Setic alerta sobre o uso das extensões de navegadores

As extensões "PJExtension" e "Otimizador do Sistema PJe" não são homologadas pelo CSJT

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) vem informar aos magistrados, servidores e jurisdicionados sobre os riscos de utilização das extensões de navegadores "PJExtension" e "Otimizador do Sistema PJe".

Extensões de navegadores são softwares desenvolvidos para adicionar novas funcionalidades ao Firefox, Chrome, Internet Explorer, entre outros navegadores. As extensões podem modificar a interface de usuário ou adicionar algumas opções de serviços web.

No caso específico, as extensões "PJExtension" e "Otimizador do Sistema PJe" modificam a forma de utilização do PJe. Foram desenvolvidas por iniciativa pessoal de servidores da Justiça do Trabalho, não sendo sua utilização homologada pelos seus respectivos Regionais ou pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em descumprimento à Resolução CSJT nº 242/2019.

Considerando que tais ferramentas não passaram pela análise técnica do CSJT, a Seção de Segurança da Informação da Setic alerta para os riscos de tais extensões poderem coletar informações dos usuários, como dados pessoais e senhas, ou ainda conterem outras falhas de segurança.

Ressalta ainda que, conforme disposto no Ato TRT GP nº 071/2018, a instalação de softwares não homologados pela Setic não é permitida nos equipamentos do Tribunal:

Art. 6º As seguintes ações constituem uso indevido dos ativos de microinformática da instituição:

I - instalar softwares que não estejam devidamente licenciados para utilização na instituição e homologados pela unidade gestora de TIC do Tribunal;

Diante do exposto, a SETIC informa a todos os usuários internos e externos que:

- As referidas extensões não serão homologadas pela Setic para utilização no TRT 13, em virtude dos riscos à Segurança da Informação e da não homologação pelo CSJT para uso no PJe;
- Serão implementados os controles tecnológicos cabíveis para restringir o uso das referidas extensões nos equipamentos da instituição, em cumprimento ao Ato TRT GP nº 071/2018;
- A Setic recomenda que os jurisdicionados não utilizem as referidas extensões no PJe.

Para ler a íntegra das normas correlatas ao caso, acesse os links abaixo:

Ato TRT GP nº 071/2018

<https://www.trt13.jus.br/institucional/seguranca-da-informacao/estrutura-normativa/normas/ato-trt-gp-no-071-2018>

(<https://www.trt13.jus.br/.../institucional/seguranca-da-informacao/estrutura-normativa/normas/ato-trt-gp-no-071-2018>)

Resolução CSJT nº 242/2019

<http://www.csjt.jus.br/documents/955023/998680/Resolu%CA7%C3%A3o+n.+242+CSJT> (<http://www.csjt.jus.br/documents/955023/998680>

/Resolu%CA7%C3%A3o+n.+242+CSJT)

Fonte: Setic

Postada por Eduardo Pinelli

27 visualizações desde a data de publicação